



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Território, planejamento, desenvolvimento e conflito)

ATHIS em Londrina-PR: um projeto em construção

Thamine de Almeida Ayoub Ayoub¹
Fernando Fayet de Oliveira²

Resumo. Este texto tem como objetivo geral discutir os desafios e as possibilidades para a assistência técnica para habitação de interesse social – ATHIS – em Londrina-PR. Busca-se reunir questões e organizar reflexões formuladas a partir de uma experiência pessoal – mas não individual – em trabalhos relacionados à ATHIS na cidade de Londrina-PR, tomando como base teorias sobre o tema e experiências virtuosas de outras localidades.

Palavras-chave: Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social; Londrina-PR; arquitetura e urbanismo; política habitacional.

Abstract: The goal of this paper is to promote a discussion about the challenges and possibilities for technical assistance for social housing - ATHIS - in Londrina-PR. It seeks to gather questions and organize reflections formulated from a personal – but not individual – experience in works related to ATHIS in the city of Londrina-PR, and to analyse them based on theories on the subject and virtuous experiences from other locations.

Keywords: Technical Assistance for Social Interest Housing; Londrina-PR; architecture and urbanism; housing policy

INTRODUÇÃO

Aprovada em 2008, A Lei Federal nº11.888 assegura às famílias de baixa renda a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitações de interesse social e regula, assim, o que se convencionou chamar de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social - ATHIS. A Lei aborda questões gerais e deixa os aspectos específicos, como localização e padrões construtivos, para serem detalhados em leis estaduais e municipais. De modo geral, estabelece a assistência técnica como um serviço multidisciplinar que poderá ser prestado por profissionais técnicos de arquitetura e urbanismo e outras áreas afins, assim como por meio de projetos de extensão universitária e escritórios modelo. Por tratar de um atendimento de interesse social, destina-se a famílias de baixa renda, ou seja, que recebem até três salários-mínimos.

¹ Arquitetura e urbanista, professora da Universidade Estadual de Londrina, doutora em arquitetura e urbanismo pelo IAU-USP, thamine@uel.br

² Arquiteto e urbanista, mestrando do Programa de Pós-graduação em Metodologia de Projeto UEL-UEM, fernando.fayetdeoliveira@gmail.com



Entende-se que, no Brasil, a regulação de um instrumento não dá garantias para sua implementação, entretanto, é necessário afirmar que a regulação da ATHIS simboliza reconhecimento desta faceta do déficit habitacional, da massiva autoconstrução nas cidades brasileiras, e propõe o enfrentamento das situações de precariedade resultantes desse modo de construir. Esse reconhecimento no âmbito legal é de grande importância tendo em vista que, por muito tempo, a autoconstrução foi vista como algo a ser combatida (sob diferentes perspectivas) ou ignorada.

Em Londrina, é marcante o número de ocupações irregulares situadas em fundos de vale e chama a atenção o tempo de permanência das ocupações nestes locais. A ocupação mais antiga data de 1961, outras das décadas de 70 e 80, ou seja, as famílias residem no local há mais de 50 anos e a solução apresentada ainda é a remoção das famílias, justificada pelo fato de haver uma área de preservação permanente no local. Grande parte dessas áreas foi alvo de remoções para o Conjunto Residencial Vista Bela. Entretanto, entre a época em que foi elaborada a listagem e o presente momento, as ocupações irregulares cresceram progressivamente, tanto em novas áreas como pelo adensamento nas áreas já ocupadas. As demais áreas que ainda não se encontram em processo de regularização mas foram classificadas no Programa como aptas a serem regularizadas correspondem a casos que dependem da elaboração de projetos urbanísticos para implantação de infraestrutura. Como não há recursos, os processos não foram encaminhados, já que na época não seriam titulados sem a infraestrutura mínima. Hoje, com a vigência da Lei Federal nº 13.465/2017, isso se tornou possível apesar dos riscos evidentes.

De acordo com os dados apresentados no Perfil Municipal de Londrina (ano de referência 2021), há uma discrepância significativa entre o número de inscritos para cadastro de aquisição de moradia e o número de contemplados, evidenciando a inexistência de uma política habitacional na cidade de Londrina.

Tabela 1 - Número de inscritos para cadastro de aquisição de moradia e número de contemplados – Londrina – 2015 a 2020¹

ANO	NÚMERO DE INSCRITOS	NÚMERO DE CONTEMPLADOS
2015	55.354	39
2016	56.585	168
2017	57.490	142
2018	51.440 ²	52 ³
2019	53.214	211 ⁴
2020	55.369	110

Fonte: PML/Companhia de Habitação de Londrina – COHAB-LD (2021)

Notas:

¹ Total de inscritos até 31/12.



2 Cadastros ativos, descontados os atendidos por iniciativa privada, segundo informação da Caixa Econômica Federal (Maio/2018).

3 Dentre os contemplados, estão: 08 comercializações; 03 do PMCMV; 41 de regularização fundiária.

4 Dentre os contemplados, estão: 50 comercializações; 28 do Programa Minha Casa Minha Vida; 10 do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e 123 do Programa de Regularização Fundiária.

Organização dos dados: PML/SMPOT/DP/Gerência de Pesquisas e Informações.

Importante ressaltar que Londrina conta com um Fundo Municipal da Habitação, criado e extinto pelas Leis Municipais, respectivamente, nº 5526/1993 e nº 153/1997 e é, posteriormente, novamente criado pela Lei Municipal 10.278/2007. Apesar de alguns instrumentos destinarem parte da arrecadação para o fundo (pela aplicação de outorga onerosa, por exemplo), isso não tem se concretizado. A produção habitacional convencional, considerando unidades habitacionais e lotes urbanizados, têm se mostrado insuficiente para conter o crescimento do déficit habitacional na cidade e dependem de recursos estaduais e federais e de contratação de financiamentos nem sempre acessíveis às famílias mais vulneráveis.

O Programa Municipal de Regularização Fundiária atendeu 276 famílias de favelas e assentamentos entre 2016 e 2020 (PML – Perfil Municipal, ano de referência 2021), mas se mostrou limitado para atuação em áreas que demandam obras de infraestrutura e melhorias nas condições dos domicílios devido à falta de recursos. Para a implantação da REURB-S, recentemente instituída pela Lei Municipal nº 13.215 de 2021, entende-se como fundamental a captação de recursos para efetivar a urbanização de assentamentos e favelas aptos à regularização. Ademais, a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – ATHIS, articulada aos demais programas habitacionais têm imenso potencial para promover melhorias nas moradias precárias, mas também carece de recurso para contratação dos profissionais técnicos prestadores desses serviços e para a execução das obras de melhorias nos espaços urbanos, coletivos e privados.

Este trabalho busca organizar reflexões e abrir questões a fim de contribuir para o amadurecimento do debate sobre o tema da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – ATHIS – em Londrina-PR. As reflexões partem de experiências pessoais – mas não individuais – que possibilitam aproximar um conjunto de aspectos sobre a realidade da demanda por ATHIS em Londrina-PR e dos desafios do cotidiano de atuação dos profissionais engajados nessa temática. As experiências aqui relatadas advêm da participação no IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil (Núcleo Londrina), bem como de trabalhos realizados no âmbito acadêmico via projetos de extensão. Também contribuem para a reflexão a aproximação com a COHAB-LD durante o desenvolvimento de pesquisa de doutorado. Tais experiências permitem olhar para a ATHIS em Londrina sob diferentes perspectivas. Em termos de método, as reflexões apresentadas são embasadas por teorias acerca do tema e articuladas a partir da experiência empírica. Os resultados apontam para a necessidade de aproximação dos profissionais da realidade dos assentamentos precários de Londrina e que a ATHIS sirva para fortalecer organizações e movimentos populares.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fim de fundamentar a análise das experiências compartilhadas neste trabalho, buscou-se investigar acerca do estado da arte sobre o tema e compreender quais questões nos permitem interpretar e avançar as experiências realizadas até agora em Londrina.

Nesse sentido, o trabalho de Furlan e Duda (2019) traça um importante panorama do Estado da Arte das pesquisas em ATHIS e sintetiza algumas das contribuições das publicações. Mostra relação entre a descontinuidade da política habitacional no âmbito federal no contexto brasileiro e a dificuldade de implementação da ATHIS, mesmo após sua regulamentação em 2008 pela Lei Federal 11.888. As autoras reconhecem que a falta de aporte de recursos federais destinados ao tema, bem como de instrumentos legais nos



Estados e Municípios, são barreiras para sua efetiva aplicação. Nesse sentido, muitas experiências ainda são pontuais e partem de iniciativas individuais devido à falta de mobilização das instituições públicas. As autoras destacam que mesmo com a promoção da urbanização de favelas pelo PAC - Programa de Aceleração de Crescimento -, da regularização fundiária com base na Lei Federal nº 11.977/2009, e da produção do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, os trabalhos de Assistência Técnica ficaram em segundo plano, realizados em grande medida a partir de ações voluntárias, já que o grande aporte de recursos foi destinado à produção de novas moradias no PMCMV. Quanto à origem das produções científicas sobre o tema, as autoras demonstram quais entidades possuem mais protagonismo no registro e análise sobre o tema. A partir das colocações das autoras, entende-se a importância de trazer as experiências vivenciadas tanto na realidade acadêmica como ligada à entidade profissional IAB-PR.

“A maior parte das pesquisas e reflexões sobre ATHIS é realizada na universidade paulistana FAU USP (3) e outra parte em universidades e núcleos de pesquisa cariocas (2). Os estados de Goiás (1), Minas Gerais (1) e Bahia (1) também apresentaram produções. Faz parte da motivação para a inserção da Universidade Federal da Bahia - UFBA nesse evento a realização do curso de especialização e residência profissional em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, ofertado pela primeira vez em 2013 e depois em 2015 e 2017. Percebe-se que pouca produção é realizada fora do ambiente de pós-graduação da universidade pública devido à baixa participação de instituições profissionais (1 IAB-LM) e governamentais (1 PMBH). A pouca participação de alunos de graduação nos artigos reforça a pertinência da discussão do papel das universidades na formação de arquitetos e urbanistas que reflitam acerca do tema e da própria política habitacional. (...) É visível, além disso, a importância da extensão e da pesquisa seja em núcleos, observatórios, laboratórios e grupos de pesquisa, como espaços de suporte e colaboração à produção de conhecimento sobre ATHIS.” (FURLAN e DUDA, 2019, p.6).

As autoras também identificam que a atuação e consequente produção de conhecimento sobre o tema está concentrada em grande medida no eixo Rio-São Paulo, mas que se vê uma atuação e produção relevantes no nordeste brasileiro (Bahia, Ceará), no Sudeste (Minas Gerais) e Centro-Oeste (Goiás).

Resumidamente, para fins da análise a que se propõe este texto, considerou-se alguns pontos colocados pelas autoras como fundamentais enquanto constatações:

1. As práticas de ATHIS são situadas no contexto histórico que se inicia com os movimentos de luta por moradia nos anos 1970 e 1980 e experiências positivas de municípios na mesma época, e passa pelas inflexões na política habitacional observadas a partir de 2003 (p.9)
2. A interdisciplinaridade como requisito fundamental para a aplicação da assistência técnica e para o enfrentamento do problema da moradia (p.9)
3. As dificuldades para sua construção e aplicação são, em suma, falta de apoio do Poder Público Federal, de recursos e de profissionais habilitados para esta prática (p.10)
4. Pereira et al. (2016) e Carvalho (2016) relatam que o reassentamento de famílias costuma receber maior atenção e recursos do que a urbanização dos assentamentos, e que questões que envolvem a promoção de melhorias habitacionais são parte usualmente negligenciadas pela política habitacional (p.10)
5. Falta de centralidade na autogestão habitacional (p.10)
6. Pereira et al. (2017) apontam limites em relação ao distanciamento de técnicos, pesquisadores professores e estudantes dos problemas da população (p.10)
7. Salles de Miranda (2017) nota que não está incluída na pauta dos movimentos sociais brasileiros a ideia de propriedade coletiva como um ponto principal (p.10)



8. Programas formatados a partir da lógica da eficiência e rentabilidade não atendem aos diferentes tipos de assistência técnica que a dinâmica da autoconstrução necessita (p.11)
9. Foram identificados limites à aplicação da ATHIS na própria Lei Federal N° 11.888/2008, devido às suas bases teóricas e práticas de caráter assistencialista que seguem diretrizes do mercado formal e abordagens projetuais tradicionais muito distantes da realidade dos assentamentos precários (p.11)
10. Necessidade de publicar material gráfico com resultados das ações desenvolvidas e de registros dos trabalhos de assessoria técnica para embasamento de futuros trabalhos e reflexões teóricas (p.12)
11. Dificuldades para engajamento das comunidades e necessidade de capacitar os agentes da autoconstrução com repertório técnico (p.12)

Pereira et al (2016) relatam como a experiência de capacitação por meio de oficinas possibilitou a constituição de uma rede de profissionais, acadêmicos e movimentos sociais em torno do tema, além de reunir diferentes fontes de conhecimento também possibilitou agregá-los para pressionar o poder público a buscar fontes de recursos e iniciativas para implementação de ATHIS.

O trabalho de Carneiro (2017) aborda a extensão universitária como um importante mecanismo de transformação do ensino de arquitetura e urbanismo, buscando a aproximação entre teoria e prática e formação política a partir de uma abordagem crítica diante da realidade das cidades brasileiras, especialmente das demandas por moradia.

O autor reforça a importância dos movimentos pela reforma urbana e de moradia que surgem na década de 60 para problematizar e escancarar a precariedade habitacional e a agenda de luta, mas que só terão aproximação institucional formal com as universidades, por meio dos laboratórios de habitação, na década de 80, após o período de maior repressão da ditadura militar.

Para nós esse marco é importante, visto que muitas das experiências relatadas de assessoria técnica por meio de extensão universitária se dão em laboratórios ou em projetos que se ramificaram a partir dessas experiências iniciais. Isso mostra um amadurecimento de, pelo menos, três décadas de atuação e que inspiram para a consolidação de projetos de extensão em outras localidades.

As experiências mostram que o trabalho dos laboratórios de assessoria técnica aos movimentos sociais criou uma ponte fundamental entre universidade e organizações da sociedade civil que possibilitaram, em grande medida, tal amadurecimento e a alta qualidade dos projetos realizados nos processos autogestionários marcados, sobretudo, por processos de projeto participativos.

Santo Amore (2016) levanta uma discussão importante quanto ao termo utilizado na regulamentação em Lei Federal da atividade em questão. Enquanto os grupos que já atuavam nesse sentido se autodenominavam grupos de assessoria técnica, a Lei utilizou o termo assistência o que, segundo o autor, tem implicações importantes para a reflexão sobre a atividade. Enquanto a assessoria pressupõe um trabalho especializado e técnico, a assistência remete a uma ajuda a alguém visto como incapaz. Essa mudança semântica que implica em uma mudança significativa de sentido precisa ser problematizada constantemente para que a ATHIS não se torne ferramenta do assistencialismo e, sim, ferramenta para emancipação e fortalecimento de movimentos sociais. Nesse sentido, toma-se aqui tal interpretação como base para as reflexões propostas.

Outra problematização considerada relevante para o debate consiste no alerta de Lopes (2006), que lembra que se por um lado é possível recolocar o serviço da arquitetura e urbanismo e repensar a autoconstrução sem cair em paradigmas consagrados, por outro a



regulamentação da ATHIS também pode acarretar um rebaixamento do custo da força de trabalho dos profissionais de arquitetura e do urbanismo.

Em outro trabalho, Lopes (2018) também reforça como o contato com a realidade das demandas habitacionais desafia o arquiteto e urbanista a pensar fora dos protocolos consagrados de atuação profissional. O autor também aponta o que entende ser um aspecto fundante dessa prática, para muito além da ampliação do campo de atuação do arquiteto e urbanista: buscar “saídas para um problema público de abrangência nacional e que aflige não só a população imediatamente implicada como também todos os grandes e médios centros urbanos do país, em todas as suas dimensões sociais e funcionais.” (LOPES, 2018, p.240).

Londrina contou, historicamente, em sua política habitacional local, com os projetos CURA (em 1972), que objetivava efetivar a ocupação e promover o adensamento de regiões específicas da cidade, e, em 1982, o programa PROMORAR, que edificou, em áreas distantes da urbanização, 320 unidades habitacionais (BAPTISTA, 2010). Segundo a autora, no ano 2000 havia em Londrina 9.532 famílias em assentamentos urbanos “subnormais”, que, conforme a COHAB-LD, se tem a intenção de regularizá-los. Propôs-se, à época, adquirir os terrenos particulares ocupados e regularizar “a propriedade”. A autora cita ainda, os programas que surgem, a partir da década de 1990, da relação entre organizações da sociedade civil e de instâncias públicas.

É nesse contexto da relação do Estado e sociedade civil, que surgem os exemplos de programas como o Mutirão, o Projeto Casa Fácil (Convênio de Moradia Popular), gerenciado por uma entidade de classe – Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina, o projeto Habitare do Departamento de Arquitetura da Universidade Estadual de Londrina e o Programa Habitar Brasil do governo Federal (convênio entre Prefeitura Municipal de Londrina, Caixa Econômica Federal e Banco Interamericano de Desenvolvimento) (BAPTISTA, 2010, p.139).

Breve histórico de ATHIS em Londrina

A respeito do Projeto Casa Fácil, este é estabelecido em forma de convênio em 1990 entre o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná (CREA-PR), Prefeituras da região, Universidades (públicas e privadas) e agremiações locais de profissionais de engenharia e arquitetura. Tinha como objetivo principal realizar o atendimento da população de baixa renda possuidoras de um terreno, fornecendo projetos (de até 70m²) para a obtenção de alvará e retirada de Habite-se, bem como a assessoria e acompanhamento no desenvolvimento da obra. À época do artigo, BAPTISTA (2010) revela que, constatada, pela Câmara Municipal de Londrina, a grande quantidade de edificações irregulares na periferia, e a intenção de ampliação do Programa com a finalidade de diminuir este número. No entanto, FRESCA (2015), explica que mudanças econômicas estruturais no início dos anos 2000 possibilitaram o surgimento e ascensão do pequeno construtor de casas, que se estabelece como principal agente de produção de moradias na periferia das cidades brasileiras. Estas mudanças, ainda segundo a autora, segmentam o caminho para a criação do futuro Programa Minha Casa Minha Vida em 2009.

Durante a década de 2000, o déficit habitacional em Londrina foi enfrentado principalmente com base em programas com recursos federais, como o FNHIS, o PAC, o HBB e o OGU. Os programas contemplaram a produção de 702 unidades habitacionais, obras de recuperação de fundos de vale e construção de equipamentos comunitários (COHAB-LD, 2018). Em 2009, o Programa de Regularização Fundiária foi implantado em Londrina, vinculado ao Programa de Regularização Fundiária “Morar Legal” da Cohapar – Companhia de Habitação do Paraná, no primeiro momento. O Programa Morar Legal foi lançado pela Cohapar após a aprovação da Lei Federal nº 11.977/2009. Na década de 2010, com recursos do PMCMV para Faixa 1, foram construídas 3.975 unidades habitacionais (CAIXA



ECONÔMICA FEDERAL, 2019), distribuídas em 10 conjuntos habitacionais. Em 2015, com base nos termos da Lei Federal nº 11.977/2009, foi elaborada nova lei municipal de regularização fundiária, garantindo critérios gerais de gratuidade. A lei se baseou na classificação das áreas irregulares de Londrina: núcleos em processo de regularização, núcleos a serem regularizados, núcleos a serem removidos. Estas contemplam núcleos localizados em áreas particulares, em fundos de vale, áreas institucionais ou de domínio da Prefeitura Municipal de Londrina, e áreas da própria COHAB-LD. Uma incoerência desta classificação diz respeito às áreas que são de domínio da COHAB-LD e estão ocupadas há, pelo menos, 15 anos (considerando a data de produção do documento) e, mesmo assim, foram previstas as remoções das famílias destes locais.

EXPERIÊNCIAS DE ATHIS EM LONDRINA

Neste tópico são apresentadas experiências relacionadas à ATHIS em Londrina organizadas cronologicamente. Os relatos tratam de experiências vivenciadas pelos autores e buscam criar registros dos avanços e dos desafios enfrentados. Embasados pelo Referencial Teórico, cada experiência é analisada a fim de constituir uma perspectiva crítica sobre o que está sendo construído em termos de ATHIS em Londrina.

1- Assessoria à ocupação Flores do Campo (projeto de extensão)

O primeiro contato com o trabalho de assessoria técnica foi por meio do Projeto de Extensão “Apoio à análise de Estudo de Impacto de Vizinhança” do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Londrina. Apesar de não ter como objeto de atuação a ATHIS, o projeto de extensão foi contatado em abril de 2018 por entidades parceiras da ocupação Flores do Campo para elaborar o projeto de parcelamento da área para onde seriam transferidas as famílias residentes na ocupação Flores do Campo como resultado da reintegração de posse do terreno ocupado.

A ocupação Flores do campo teve início com um grupo de pessoas que souberam do abandono da obra do Conjunto Habitacional Flores do Campo que se encontrava em fase de construção com recursos do PMCMV. A Caixa Econômica Federal, proprietária do terreno, entrou com ação pela reintegração de posse que, após as negociações, foi atrelada à remoção das famílias para um terreno cedido pela Prefeitura Municipal de Londrina.

Membros do movimento social que se estruturava a partir daquela ocupação procuraram o projeto de extensão buscando um estudo de parcelamento do solo para que pudessem confrontar o projeto elaborado pela COHAB-LD, já que este não atendia ao número total de famílias da ocupação.

Foram realizadas reuniões junto à comunidade buscando compreender suas características bem como os anseios em relação ao projeto. Desse modo, duas opções de parcelamento do solo foram apresentadas às famílias, junto com uma maquete para representar a unidade habitacional (unidade-embrião) idealizada para ser construída nos lotes. A construção, assim como o lote, fora pensada como espaço mínimo para garantir segurança e o mínimo de conforto às famílias durante o período em que ficariam instaladas nessas unidades. O caráter de provisoriedade atribuído ao novo assentamento era condição estabelecida pela COHAB-LD para justificar o atendimento prioritário que foi exigido como condição para reintegração de posse do conjunto. Durante as negociações, a resistência da COHAB-LD ao atendimento foi evidente. No projeto apresentado pela Companhia, além de atender a pouco mais de metade das famílias, as unidades habitacionais seriam construídas em lona e madeirite para garantir o caráter de moradia provisória.

A organização dos moradores que receberam apoio de várias entidades como sindicatos, movimento dos sem-terra, entre outros, foi fundamental para articular com a universidade e conseguir uma proposta mais adequada e que oferecesse maiores garantias às famílias. Até



o momento, após diversos atrasos provocados por sucessivas alterações no terreno de destino, as famílias continuam residindo na ocupação.

Essa experiência evidenciou a importância da assessoria para possibilitar um diálogo mais horizontal entre órgãos técnicos e representantes da ocupação. O projeto possibilitou às famílias visualizarem uma solução com mais qualidade e mais coerente com o sistema de organização da comunidade. Verificar possibilidades outras diante das propostas apresentadas pelo ente público confere ao movimento social mais autonomia nas tomadas de decisões.

A intermediação da COHAB-LD, especialmente quanto às exigências do caráter provisório da ocupação, foi considerada como obstáculo para o desenvolvimento do projeto, já que em termos técnicos e éticos a construção em lona e madeirite não garantem conforto, qualidade e segurança mínimos para as unidades habitacionais. A atuação da COHAB-LD nesse sentido ilustra o posicionamento da Companhia na gestão dos conflitos fundiários em Londrina.

Com o passar do tempo, o contato com a comunidade ficou bastante limitado principalmente devido ao domínio do tráfico sobre o território, o que se apresenta como outra dificuldade de atuação em determinadas regiões da cidade.

2- Seminário ATHIS

O seminário de ATHIS foi organizado em parceria entre o IAB e a UNOPAR, via projeto de extensão, e contou com a participação do arquiteto Gilson Paranhos, responsável pela implantação de ATHIS na Codhab do Distrito Federal, além de ser um dos idealizadores da Lei de ATHIS. O seminário foi realizado em maio de 2019 e foi organizado a partir da provocação e sugestão das arquitetas da COHAB-LD.

O seminário foi motivador principalmente devido à fala engajada e os projetos e concursos notáveis desenvolvidos e realizados durante a gestão do arquiteto na companhia de habitação do distrito federal.

Buscou-se também fazer a articulação com a COHAB-LD por meio de reunião com diretorias e a presidência com o arquiteto para diálogo sobre os trâmites, desafios e conquistas no processo de implantação de ATHIS e a necessária reestruturação da Companhia para viabilizá-la. Apesar da euforia diante da reunião, a COHAB-LD não se engajou na formulação de uma política para ATHIS e só veio considerá-la recentemente devido a pressões do Ministério Público a respeito de um programa de financiamento de lotes urbanizados, que será discutido em outro tópico.

Apesar de não ter gerado frutos com a Companhia de Habitação de Londrina, o seminário foi importante para articular arquitetos interessados no tema e para abrir efetivamente esse diálogo no contexto londrinense. O seminário teve a participação de instituições de ensino e pesquisa (duas universidades), órgãos públicos (IPPUL e COHAB-LD), estudantes e profissionais, o CAU, entre outros.

Além da palestra do arquiteto Gilson Paranhos foi realizada uma mesa redonda com representantes da COHAB-LD, do IPPUL, do CEAL, do CAU, e do Programa Casa Fácil. A discussão da mesa mostrou que a ênfase do Programa Casa Fácil está voltada para a regularização e aprovação de projetos, padronização de projetos, e não se direciona para as áreas ocupadas irregularmente e com condições precárias.

Assim, foi possível verificar que as instituições ainda se encontram bastante limitadas para lidar com essa temática, por despreparo ou devido a visões conservadoras sobre as soluções para a cidade "ilegal". A ausência de organizações e movimentos sociais também deixou evidente o caráter institucional da discussão e o distanciamento do cotidiano e das demandas concretas. O enfoque no Programa Casa Fácil, a falta de dados precisos e



atualizados sobre as demandas habitacionais de Londrina e de planejamento e previsão de programas habitacionais podem ser considerados limites das instituições ligadas ao Estado.

3- Assistência para arrecadação de materiais (IAB Londrina)

O IAB foi contatado por uma assistente social que atendia a uma família residente em uma ocupação em área particular, vítima de violência, que buscavam recursos e mão de obra para construir uma moradia no mesmo terreno da família que as acolheram.

Ao visitar o local vimos que a obra havia iniciado e apresentava algumas soluções que nós, arquitetos, consideramos inadequadas para o contexto, como a escolha da caída das águas do telhado que entraria em conflito com a casa ao lado, demandando em corte no beiral; a casa não possuía pilares; a concretagem do piso estava prevista antes da passagem da tubulação; a previsão de aberturas deixaria a casa com pouca iluminação e ventilação cruzada. Diante das observações em campo, foram realizadas reuniões entre membros do IAB Núcleo Londrina para elaborar um projeto de adequação para uma estrutura mais segura e eficiente e para uma execução com um cronograma mais coerente com as etapas da obra, bem como para evitar problemas de contato com a construção vizinha. O projeto considerou também questões estéticas e de economia de materiais.

Entretanto, quando retornamos com o projeto desenvolvido, a família enfrentava situações de violência e havia se afastado da assistente social que mediava o atendimento. A obra avançara significativamente, e as soluções contempladas pelo projeto demandariam grandes mudanças no que estava construído e, portanto, se tornou inviável. A família explicou a urgência em sair da casa e em aproveitar a mão de obra voluntária que se encontrava disponível. Desse modo, o projeto foi deixado de lado e nos foi solicitado apoio para conseguir tijolos para finalizar a obra, já que o restante do material havia sido comprado.

Passamos, assim, a divulgar nas redes sociais pessoais e do IAB uma campanha de arrecadação de tijolos para apoiá-las. Surpreendentemente vários contatos oferecendo sobras de materiais de obras em andamento ou finalizadas. Articulamos também o transporte desse material com voluntários e levamos uma grande quantidade de tijolos para a obra.

Observamos a partir desse caso que o ideário de projeto arquitetônico desenvolvido ao longo da formação dos profissionais, bem como da atuação profissional, demonstrou ser incompatível com as urgências das famílias em situação de risco. O tempo para o desenvolvimento do projeto e a linguagem excessivamente técnica configuraram limitações para um atendimento mais efetivo das demandas.

A articulação via redes sociais mostrou ter grande potencial para arrecadação de materiais no campo da construção civil, e este se mostrou ser um serviço bastante válido para atendimento das urgências, da situação de falta de recursos, e com potencial para redução de resíduos na construção, se bem gerido. No entanto, não existe uma organização que permita com que essa logística seja realizada em larga escala, o que seria muito benéfico para o atendimento emergencial e de interesse social e para a redução de resíduos da construção civil.

4- Projeto de extensão ATHIS

Em 2021 foi aberto o Projeto de Extensão ATHIS Pitágoras Unopar no curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Pitágoras Unopar com o objetivo de dar suporte técnico nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharias para famílias de baixa renda que necessitem de melhorias no espaço residencial e no bairro. Entendendo que os cursos de graduação em arquitetura e urbanismo são majoritariamente focados na produção e reprodução da cidade legal, dentro dos parâmetros de uso e ocupação do solo, adequação às normas de segurança e desempenho e construído com mão de obra especializada, o projeto busca



criar oportunidades para apresentar aos alunos as condições da cidade real, dos problemas enfrentados pela população de baixa renda no cotidiano, e capacitá-los para buscarem soluções adequadas à realidade, de baixo custo e com inovação. Assim, visa promover a troca de conhecimento e envolver a universidade em práticas de apoio à comunidade externa de cunho social, bem como investir nos alunos para que eles possam ingressar em programas, editais e organizações subsidiados para prestação de assistência técnica para habitação de interesse social.

O projeto vem desenvolvendo duas ações principais, descritas nos tópicos a seguir.

a. Projeto Dona G.

Consiste no atendimento a uma família composta por duas senhoras idosas que se encontram em situação de risco devido às condições precárias da moradia, localizada em uma ocupação irregular na região central de Londrina. O projeto de extensão foi procurado por uma arquiteta moradora do bairro buscando auxiliá-las para melhorar as condições de acessibilidade e de fechamento do terreno. Apesar de não ter uma associação de bairro organizada, alguns moradores têm forte vínculo devido ao histórico de luta dos moradores para se manter na ocupação e pela urbanização e regularização da área. Nessa época a associação de bairro era representada por familiares da arquiteta que buscou o projeto de extensão.

A partir do levantamento in loco, foram identificadas as seguintes necessidades: Construção de um muro para fechamento do terreno; Construção de acesso pavimentado até a unidade residencial; Regularização da estrutura da caixa d'água; Construção de uma horta; Relocação do fogareiro da área externa; Reconstrução do abrigo para armazenamento de lenha; Nivelamento do terreno e construção de piso nos fundos da casa para acomodar as atividades que são realizadas na área externa.

Ao longo do semestre os alunos realizaram um conjunto de atividades como visitas ao local, levantamento in loco, contratação de limpeza da fossa com recursos de doadores, reuniões com discussões sobre ideias, soluções e referências, elaboração de projeto, desenhos técnicos e maquete digital.

O projeto foi apresentado e, após algumas sugestões de mudança pelas usuárias, chegou à sua versão final. A versão final foi detalhada por uma aluna de engenharia para cálculo de quantitativo de materiais de construção e demandas de serviços. Na fase atual está buscando parceiros para realizar parte das obras que demandam mão de obra especializada e que são mais urgentes.

Nesse trabalho enfrentamos dificuldades de comunicação com as senhoras, assim como os mediadores, expectativas além da capacidade de produção do projeto. A demora para o desenvolvimento do projeto em função dos processos de aprendizado e pesquisa se mostraram incompatíveis com os tempos das urgências. A falta de recursos para execução do projeto também distancia da concretização das soluções propostas. Nesse caso, entende-se que o projeto é importante para fazer a ponte com o curso de arquitetura, para engajar os alunos na busca por soluções e desenhá-las, simulá-las, construindo um método de trabalho baseado em soluções de problemas reais.

b. Parceria com COHAB-LD

Outra atividade do projeto de extensão consiste na parceria com a Companhia de Habitação de Londrina - COHAB-LD. A parceria visa auxiliar moradores que serão atendidos em um loteamento popular lançado pela COHAB-LD em dezembro de 2021. O empreendimento não possui construção, apenas lotes urbanizados, portanto a COHAB-LD em parceria com o projeto de extensão dará auxílio técnico para as famílias atendidas no loteamento para a construção das unidades habitacionais que será inteiramente de responsabilidade do morador. Como se trata de um atendimento a famílias de baixa renda em condições



vulneráveis, grande parte delas irá autoconstruir sua casa. Até o momento, foi concluído o projeto de duas unidades-embrião e suas respectivas possibilidades de expansão. Para o projeto buscou-se adotar soluções simples e econômicas para serem de fato acessíveis e passíveis de serem autoconstruídas.

A parceria prevê vagas de estágio para alunos de arquitetura e urbanismo e engenharia civil da Universidade Pitágoras Unopar para atuarem no atendimento à população na COHAB-LD, enquanto outros alunos do projeto desenvolvem as peças gráficas e outros materiais técnicos na universidade para serem usados no atendimento presencial. Os projetos das unidades-embrião serão entregues às famílias junto com a documentação referente ao terreno. As famílias farão a escolha do projeto que melhor atenda às suas necessidades e os alunos do projeto farão o estudo de implantação no lote daquela família, bem como o estudo de terraplanagem e o material técnico será devolvido para que os estagiários repassem o material à família no atendimento.

Outra atividade prevista na parceria com a COHAB-LD consiste no desenvolvimento de um curso de extensão de capacitação às famílias atendidas no loteamento. Por se tratar de famílias em situação de vulnerabilidade social, a COHAB-LD deseja capacitá-los tanto para a construção das unidades residenciais como para cuidarem da saúde e da habitação, para fazer planejamento financeiro familiar e para melhorarem suas condições de trabalho. O curso de capacitação deverá envolver diferentes áreas da universidade, contemplando cursos da área da saúde, administração, construção civil, entre outros. No que se refere ao projeto ATHIS Pitágoras- nopar, serão ministrados cursos voltados à leitura de projeto arquitetônico e complementares, composição e elementos da construção e noções básicas de conforto ambiental e organização do espaço residencial.

Como grande parte das famílias atendidas será removida de uma ocupação em área particular, o programa da Cohab busca impedir um processo de favelização no novo loteamento, fato verificado em outras situações semelhantes.

Observa-se que a COHAB-LD mantém a concepção do Casa Fácil, discutindo a importância do projeto e de sua aprovação em função das normas de ocupação do solo urbano. Não existe suporte de financiamento para a construção, e o programa conta com a autoconstrução com recursos particulares. Novamente, questiona-se os sentidos do projeto arquitetônico nesses casos, considerando que a autoconstrução normalmente é realizada em etapas, sendo que os projetos desenvolvidos ainda estão “presos” a uma visão de construção por empreitada única.

CONCLUSÕES:

Este trabalho foi desenvolvido a partir da experiência de arquitetos e urbanistas em trabalhos de assessoria ou assistência técnica para habitação em Londrina. Buscou-se registrar os processos do que entendemos que se trata de um projeto em construção para efetivação da assistência técnica em Londrina-PR.

Londrina apesar de ter vários movimentos organizados em torno dos diversos direitos difusos, possui poucos movimentos urbanos organizados que pautam o déficit habitacional, o direito à moradia e à cidade, e as condições de precariedade urbana e residencial, o que configura uma diferença significativa para as outras localidades que experienciam uma ATHIS inteiramente ligada a associações, movimentos e organizações sociais. Por outro lado, a partir dos casos apresentados, entende-se que a ATHIS apresenta potencial para instrumentalizar e fortalecer movimentos sociais.

A aproximação com a COHAB-LD mostra um modo de operar que revela uma estrutura institucional ligada à comercialização de unidades habitacionais com comprometimento político de características assistencialistas e clientelistas. Nesse contexto, a ATHIS é



pensada como ferramenta de controle da produção do espaço em áreas ocupadas pela população de baixa renda e que pode servir para legitimar o atendimento parcial das demandas habitacionais.

Nesses processos e caminhos, alguns movimentos mostraram ter destaque no debate pela moradia digna em Londrina. O MTD - Movimento dos Trabalhadores por Direitos, que inclusive conta com uma arquiteta que também assessora o movimento; a Igreja é um articulador em potencial, entre outros.

O tema da ATHIS demanda capacitação dos profissionais, como conhecer efetivamente as demandas dos territórios, buscar soluções mais coerentes com o contexto; estudo de experiências de outras localidades e outras formas de se capacitar indo a campo, aproximando-nos dos movimentos sociais e da realidade concreta e demandas que marcam o cotidiano das periferias de Londrina.

A ideia de uma ATHIS institucional não deixa de ser necessária, porém se mostra insuficiente para encarar as demandas da cidade real (em oposição à cidade legal), limitada em atender áreas regulares e que ainda se encontra relacionada à aprovação de projeto, responsabilidade técnica, etc., minimizando o potencial deste tipo de atuação. Conclui-se que para a efetivação da ATHIS é necessário pensar arquitetura e urbanismo para além do que ordinariamente conhecemos, pensar outras formas de prestar esse serviço em favor das urgências cotidianas dos assentamentos precários. Isso impõe um questionamento importante sobre a abordagem da legislação específica de ATHIS, qual será sua abordagem e como contrabalancear visões institucionais e o potencial de fortalecimento e instrumentalização de movimentos sociais.

A extensão universitária mostra-se como importante oportunidade para apresentar aos alunos as condições da cidade real, dos problemas enfrentados pela população de baixa renda no cotidiano, aos alunos, e capacitá-los para buscarem soluções adequadas à realidade, de baixo custo e com inovação. Assim, além de promover a troca de conhecimento e envolver a universidade em práticas de apoio à comunidade externa de cunho social, investe nos alunos para que eles possam ingressar em programas, editais e organizações subsidiados para prestação de assistência técnica para habitação de interesse social. Além disso, cabe à extensão universitária trabalhar para atualização constante de dados, registros dos processos, contato com movimentos sociais e Estado como estratégia de descentralizar a informação e a autonomia na idealização de programas. Esse potencial deve ser considerado nesse momento de curricularização da extensão universitária na maior parte das escolas do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAPTISTA, Carla Maria Freres Stipp. A participação da sociedade civil na gestão pública no tocante à moradia. **GEOGRAFIA** (Londrina), v. 19, n. 3, p. 119-145.

CARNEIRO, D. M. A extensão universitária e o campo das assessorias técnicas. In: **Anais do XVII Enanpur**, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017.

FRESCA, Tânia Maria. Agentes que produzem o espaço urbano: discussão sobre pequenos construtores de casas. **Mercator** (Fortaleza), v. 14, p. 45-61, 2015.

FURLAN, D. L. S. e DUDA, M. E. Estado da Arte da Pesquisa Científica sobre ATHIS. In: **Anais do XVIII ENANPUR**, Natal: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1576>



LOPES, João Marcos. O anão caolho. **Novos Estudos, CEBRAP**, n. 76, p. 219-227, nov. 2006.

PEREIRA, R. B.; PEREIRA, M. B.; CARVALHO, C. S. A.; JULIÃO, D. CONSTRUINDO REDES PARA POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM HIS: A EXPERIÊNCIA DAS OFICINAS ATHIS EM SÃO PAULO. In: **Seminário URBFAVELAS**. Rio de Janeiro, 2016.

SANTO AMORE, Caio. Assessoria e assistência técnica: arquitetura e comunidade na política pública de habitação de interesse social. II UrbFavelas – Seminário nacional sobre urbanização de favelas, Rio de Janeiro, 2016. In: CARVALHO, Solange et al. **Anais do II UrbFavelas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

SANTO AMORE, C. ; PEREIRA, R. B. ; Horigoshi, M. R. B. S. . Resistências urbanas e assessoria técnica, a arquitetura possível e necessária. In: III Urbfavelas - Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 2018, Salvador. **Anais III Urbfavelas** - Seminário Nacional de Urbanização de Favelas, 2018.